PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO RURAL AMPARO EM DOURADOS, MS

Heloiza Cristina Holgado da SILVA 1

Adriana Rita SANGALLI²

Anderson Capelett WEBER ³

Recebido em: 24/03/2015 - Aprovado em: 14/08/2015 - Disponibilizado em: 30/10/2015

Resumo

Esta pesquisa pretende evidenciar as práticas de gestão ambiental, bem como, verificar de que forma os recursos naturais são utilizados pelos moradores do Assentamento Amparo, Dourados, MS. A metodologia utilizada caracterizouse como uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada, com visitas a 27 lotes do assentamento. O estudo de Moreira (2009) foi utilizado como base para a entrevista. Os resultados indicaram que em relação a Educação Ambiental ainda existe uma falta de interesse pelo assunto, que aliado ao não oferecimento de cursos pode agravar a situação. Observa-se ainda uma maior preocupação com questões ambientais como o descarte incorreto de sacos plásticos. Entretanto, essa preocupação está mais vinculada a questões econômicas do que propriamente ambientais. Ademais, existem barreiras a adoção de controles alternativos de pragas e ervas daninhas pelos entrevistados, pois consideram mais eficiente a utilização de agrotóxicos, apesar da maioria empregar a adubação orgânica em seus cultivos.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Assentamento Rural. Agricultura Familiar. Educação Ambiental. Adubação Orgânica.

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT PRACTICES: THE PERCEPTION OF THE RESIDENTS OF THE RURAL SETTLEMENT AMPARO IN DOURADOS, MS, BRAZIL.

Abstract

This research describes the environmental management practices and illustrates how the natural resources are used by residents of the rural settlement Amparo, Dourados, MS, Brazil. The methodology used was characterized as a field study, and the data collection was obtained through semi-structured interviews, based on Moreira's (2009) research, by visiting twenty-seven properties of the rural settlement. The results have shown that a lack of interest in Environmental Education in that community persists and that a lack of course offerings may compound the problem. There is a greater focus on environmental issues such as incorrect disposal of plastic bags; however, this concern is more linked to the economic rather than strictly environmental issues. Furthermore, respondents indicated that there are economic barriers to the adoption of alternative pest and weed controls; they consider pesticides to be more efficient although most of them employ organic fertilizers on their crops.

Keywords: Environmental Management. Rural Settlement. Family Farming. Environmental Education. Organic Fertilizer.

¹ Bacharel em Administração, Mestre em Agronegócios, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS, heloiza@uems.br:

² Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Agronegócios, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, MS. adrianars@uems.br:

³ Graduando em Agronomia na Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, ander_weber@hotmail.com.

Introdução

A gestão ambiental fundamenta-se em diversas intervenções humanas que incidem sobre os recursos ambientais. Os responsáveis por essas intervenções são o poder público e a abrangendo cada cidadão coletividade, (COIMBRA, 2004). Conforme Godard (1997), a gestão de recursos ambientais deve contemplar uma visão estratégica desenvolvimento, abordado como a longo prazo, tendo em vista que as questões ambientais permeiam objetivos relacionados ao desenvolvimento.

ambientais foram Aspectos não constantemente foco na implantação de assentamentos no Brasil, questões sociais e econômicas obtiveram prioridade, o que corroborou para a degradação ambiental dessas áreas (MOREIRA, 2009). A autora observa que práticas institucionais produtivas não consideravam a deterioração do meio e a replicação dessas ações agravaram a situação. Salienta-se que entre os princípios a serem observados pela Política Nacional Agricultura Familiar da Empreendimentos Familiares Rurais, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu artigo 4 está a sustentabilidade ambiental, social e econômica. No entanto, Moreira (2009) ressalta que apesar da incorporação da questão ambiental política na de assentamentos esta ainda não foi capaz de reduzir o quantitativo negativo referente ao passivo ambiental já produzido.

Diante do exposto, esse artigo visa descrever as práticas de gestão ambiental, bem como, verificar de que forma os recursos naturais são utilizados pelos moradores do Assentamento Amparo.

Metodologia

O objeto desse estudo é o Assentamento Amparo, assentamento federal em terras desapropriadas, situado na cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, criado em 22 de dezembro de 1997, com 1.126 hectares e 67 famílias assentadas. A amostra pesquisada constitui-se de 27 lotes do Assentamento Amparo que possuem Área de Preservação Permanente, em virtude da localização do Rio Dourados e do Córrego Rego d'água.

A Bacia do Rio Dourados possui extrema importância no estado de Mato Grosso do Sul, pois seu principal rio (Rio Dourados) é responsável pelo abastecimento de água em vários municípios, dentre eles Dourados que conta com uma população em torno de 170.000 habitantes (DANIEL *et al*, 2009).

O levantamento de dados foi efetuado pessoalmente junto a 10 assentados chefes ou responsáveis pelo domicílio, por meio de entrevista semiestruturada. Nos demais lotes não foi possível aplicar a entrevista, em virtude de não haver moradores na residência ou somente crianças, ou

empregados (caseiros) no momento da visita. Para a tabulação dos dados utilizou-se o SPSS 16.0.

Resultados e discussões

Em relação ao perfil dos entrevistados verificou-se que 20% são do sexo feminino e 80% masculino. O estado civil é expresso por 10% viúvos, 20% separados e 70% casados. No tocante a quantidade em anos que trabalham no meio rural notou-se que 40% já trabalham de 1 a 6 anos, 10% há 15 anos e 50% afirmam que sempre trabalharam no campo.

Quando questionados se já trabalharam fora do meio rural, percebeu-se que 30% já trabalharam em outras atividades, enquanto que 70% não o fizeram. Entre o percentual de entrevistados que responderam positivamente as atividades foram em sua maioria comércio, seguido por construção civil.

Observou-se que em 70% dos lotes somente duas pessoas residem na propriedade, em 20% somente uma pessoa e em 10% residem três pessoas, o que totalizam 19 pessoas residentes nos lotes entrevistados.

Considerando a escolaridade notouse que os residentes nos lotes entrevistados são 10,4% não alfabetizados (NA), 68,4% possuem o ensino fundamental incompleto (FI), 5,3% estudam a educação infantil (EI) e que o mesmo percentual, respectivamente, se

aplica aos alfabetizados (A) e aos que possuem o ensino médio completo (MC) e ao ensino médio incompleto (MI). Do percentual de 68,4% que possuem ensino fundamental incompleto (FI) somente 15,4% estudam no momento.

A mão de obra utilizada na propriedade é 80% somente familiar e 20% dos entrevistados utiliza eventualmente mão de obra externa, normalmente diaristas. A atividade que gera a maior renda para os assentados é a pecuária de leite, seguida pela pecuária de corte e produção de matrizes, posteriormente cultivo da soja, milho e mandioca e por último as hortaliças.

Os entrevistados foram questionados sobre a utilização de adubos químicos. Verificou-se que 70% não utilizam adubos químicos e somente 30% diz utilizar. A utilização dá-se na cultura do milho e para a pastagem é empregado a utilização de calcário.

0 adubo fertilizante é ou conceitualmente toda a substância que seja mineral ou orgânica, natural ou sintética, capaz de prover nutrientes para as plantas. Sendo que sua classificação abrange os corretivos como o calcário. O uso do calcário aumenta a produtividade, sobretudo quando empregado em solo ácido, com a finalidade corretiva. Desta forma, a calagem diminui a quantidade de elementos que podem ser tóxicos em terras ácidas, disponibiliza cálcio, magnésio, nitrogênio, enxofre, fósforo, bem como outros nutrientes e auxilia o adubo mineral a obter uma maior eficiência (MALAVOLTA, 1979).

Por sua vez a adubação orgânica é empregada por 80% dos entrevistados, sendo que em sua maioria na pastagem, alguns também utilizam na cultura do milho e da mandioca, enquanto que 20% não a utilizam. A origem do adubo orgânico é 100% originário da pecuária do próprio lote, o que tende a reduzir custos de produção.

Quando questionados a respeito da utilização de métodos alternativos de controle de pragas e ervas daninhas, obteve-se o percentual de 100% que afirma não utilizar. Os motivos da não utilização foram a não existência de ervas daninhas em virtude do consumo das mesmas pelo gado, e no cultivo agrícola a afirmação de que o emprego de agrotóxicos é bem mais eficiente nesse tipo de controle. Assim, 50% afirmam às vezes utilizar agrotóxicos e 50% não o utilizam em decorrência de não necessitar.

Verifica-se a existência de outros métodos de controle de pragas sem que seja necessária a utilização de agrotóxicos, como por exemplo, a inserção e cultivo de inimigos naturais das pragas como os insetos. Menciona-se também a alternativa entre o controle biológico puro e o controle químico das pragas que é a utilização de iscas contendo inseticidas. A busca por controles alternativos de pragas e de uma agricultura ambientalmente sustentável tem impulsionado

a agricultura orgânica (BRANCO, 2004).

Com referência a prática queimada como forma de limpeza do terreno para posterior plantio ou renovação pastagem, a totalidade dos entrevistados afirmou não utilizar. È comum a utilização da queimada para a limpeza de pastos, áreas agrícolas e a roça, conforme Primavesi (1982). O emprego da queimada na pastagem facilita o nascimento de uma grande quantidade de sementes, que anteriormente encontrava dificuldade em desenvolver-se devido ao sombreamento do solo ocasionado pela vegetação (PRIMAVESI, 1982).

No entanto, existem critérios a serem observados, para que o fogo não seja prejudicial às pastagens, ao solo e ao meio ambiente em geral. Desta forma, Primavesi (1982) indica os métodos adequados para a obtenção de pastos limpos e produtivos, que tenham sua qualidade reservada, dentre eles: o manejo rotativo para o gado, a inserção de plantas forrageiras consorciadas, a adubação quando houver necessidade, e, talvez, um fogo controlado. Este somente deve ser empregado após uma chuva, ainda com o solo molhado, e quando houver um vento suave. Assim, o fogo irá percorrer rapidamente a vegetação, que não será toda atingida até o chão, em razão do solo úmido (PRIMAVESI, 1982).

No que se refere à educação ambiental constatou-se que 40% dos entrevistados declaram ter participado uma

única vez de curso de Educação Ambiental, enquanto que 60% afirmam nunca ter participado. Entre os motivos relatados referentes a não participação está à falta de interesse e ao fato do não oferecimento de Curso de Educação Ambiental durante o período de residência no assentamento.

A educação ambiental visa atingir a melhora da qualidade de vida e ambiental da sociedade, bem como. garantir sustentabilidade desta (PELICIONI, 2004). A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e instituí a Política Nacional de Educação Ambiental, salienta que todos os cidadãos possuem direito a educação ambiental, e que esta deve estar presente em todas as formas do processo educativo, que abrange o formal e o nãoformal. Sendo que, conforme o artigo 13, a educação ambiental não-formal é constituída por ações e práticas educativas direcionadas à sensibilização da coletividade a respeito das questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Quando questionados sobre o que os entrevistados compreendem por práticas que prejudicam o meio ambiente a maioria das respostas obtidas sinalizaram o descarte do lixo sem os devidos cuidados, manifestaram a grande preocupação com sacos plásticos jogados ao ar livre, em virtude de que o gado pode comê-los. Também foi comentado sobre garrafas vazias, queimada e erosão. Algumas

respostas foram obtidas em menor grau, como o não respeito ao período da piracema, a prática de desmatamento, a caça a animais silvestres e a utilização de "veneno" nas propriedades.

No Assentamento Amparo observase que a fauna só existe nas margens dos rios, de abundância anteriormente o cenário encontrado sofreu com o desmatamento realizado para cultivar culturas anuais, desde antes da implantação período assentamento. Podem-se encontrar mamíferos como, tatus, pacas, capivaras, algumas aves, como emas e seriemas e alguns répteis. Desta forma, verifica-se que não existem grandes quantidades de espécies animais no local, em decorrência da predominância da agropecuária na região (AGRAER, 1997).

Com relação a erosão 90% declaram que não existem sinais de erosão em seus lotes e 10% afirma que existe, mas está sendo controlada. Verifica-se a percepção de que a erosão traz prejuízos à qualidade da terra nos lotes. Para Araújo, Almeida e Guerra (2007) a possibilidade de ocorrência da erosão envolve condições naturais e os modelos de utilização da terra. A perda da camada superficial do solo em decorrência da atuação da água e/ou do vento é a forma mais comum de erosão. No entanto, a ação pelo vento é mais frequente em climas áridos e semi-áridos. A erosão tem como resultado a redução da fertilidade do solo, pois com o solo mais denso e fino as raízes das plantas passam a encontrar mais dificuldade em penetrar o solo, podendo se instalar superficialmente. Outro dano é a diminuição da retenção de água no solo e a perda de nutrientes. Nota-se, quando a erosão se apresenta de forma extrema, a deformação do terreno.

Considerações finais

Conforme identificado na presente pesquisa a maioria dos entrevistados afirma utilizar a adubação orgânica proveniente do próprio lote, no entanto, entre os entrevistados que realizam o controle de pragas e ervas daninhas verificou-se que são utilizados agrotóxicos em virtude de analisarem que estes são mais eficientes do que o emprego de métodos alternativos.

Esta contradição entre o uso de adubo orgânico combinado com o emprego de pesticidas é um reflexo da falta de assistência técnica adequada e de conhecimentos em relação aos impactos ambientais, econômicos e principalmente para a saúde dos assentados. Vale ressaltar a potencialidade da produção orgânica para a agricultura familiar, tendo em vista a crescente demanda, no entanto essa produção ainda encontra a barreira dos preços mais elevados em relação a produtos oriundos da agricultura convencional.

Desta forma, verifica-se a importância de ações de conscientização entre os assentados que esclareçam todas as dúvidas em relação às questões ambientais,

evitando a degradação e fomentando práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, a Associação do Assentamento poderia desempenhar um importante papel na conscientização dos assentados, bem como, ser um instrumento de fomento à educação ambiental em parceria com órgãos governamentais.

Referências bibliográficas

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural. **Plano de desenvolvimento sócio-econômico do P.A. Amparo,** 1997.

ARAUJO, Gustavo Henrique de Sousa; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. 2. ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. 3. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2004.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar.

Linguagem e percepção ambiental. In:

PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.).

Curso de gestão ambiental. São Paulo:

Manole, 2004, p. 525 a 570.

DANIEL et al. 2009. Identificação de pontos de uso indevido das áreas de preservação permanente às margens do rio Dourados, MS. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/omardaniel/arquivos/docs/a_artigos/UsoTerraSig/PontosMargemRDdos.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2013.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON,Florence (Orgs.). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: EJUP/UFPANAEA, 1997.

MALAVOLTA, E. **ABC da adubação**. 4ª ed. Agronômica Ceres: São Paulo, 1979.

MOREIRA, Auricélia Maria da Cruz e Silva. Gestão ambiental: o dito, o prometido e o feito no assentamento real em Colinas do Tocantins –To. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi.
Fundamentos da Educação Ambiental. In:
PHILIPPI JR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo
de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.).
Curso de gestão ambiental. São Paulo:
Manole, 2004, v.1, 1045 p.

PRIMAVESI, Ana. O manejo ecológico do

solo: agricultura e regiões tropicais. 5. ed.

Nobel: São Paulo, 1982.